

Um problema: a falta de verdade na economia.

Marco Antonio Rocha

Vamos entender uma coisa. Essa história de expurgar o INPC ou o IGP é uma manipulação perigosa. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor e o Índice Geral de Preços são importantes informações econômicas. Nenhuma economia moderna pode trabalhar sem estas informações. E é preciso que elas sejam completas, honestas e realistas.

Se o que se deseja é reduzir os efeitos de uma súbita variação do INPC ou do IGP sobre a atividade econômica, o sensato não é expurgar esses indicadores, não é "maceteá-los" para que eles fiquem menores do que na realidade deveriam ser. O jeito é reduzir os reajustes de custos e rendimentos associados a estes indicadores.

Por exemplo: os reajustes de aluguéis já estão reduzidos em relação ao INPC, pois a lei determina que sejam no máximo 90% do INPC. Também os reajustes de preços de muitos produtos industriais estão sendo desvinculados do INPC, pois só podem ser, no máximo, 90%, e agora, em certos casos, 80% do INPC. Então, se nos últimos 12 meses o INPC aumentou 100%, o locador só pode pedir 90% de reajuste do aluguel de 12 meses atrás. O rendimento dos locadores e o faturamento de muitas indústrias já estão desvinculados do INPC. Os salários superiores a sete salários mínimos também, uma vez que não são reajustados pelo percentual de variação do INPC nos últimos seis meses, mas sim por um percentual inferior, dependendo da faixa salarial.

Reajuste ainda menor

O que se pretende agora, portanto, não é "expurgar o INPC", mas fazer com que os salários que ainda têm reajuste igual à variação percentual do INPC passem a ter um reajuste percentualmente inferior.

Mas, para isso, é preciso que as correções de prestações de casa própria, por exemplo,

também tenham reajuste menor. Isso não é "expurgar o IGP", mas sim fazer com que a correção monetária não cresça paritariamente ao crescimento do IGP. A correção monetária (que é o valor atribuído em cada mês às ORTN), passaria a crescer percentualmente menos do que o IGP. O que significaria que todos os rendimentos baseados na correção monetária cresceriam menos.

Mas há muitas ORTN com correção cambial, isto é, que são corrigidas pelo valor da taxa de câmbio. Portanto, há rendimentos corrigidos pelo câmbio. O governo poderia, eventualmente, determinar para a taxa de câmbio uma evolução menor do que a inflação interna (IGP), sem que isso desestimulasse muito as exportações, porque, afinal, os exportadores já tiveram substancial ganho de câmbio nos últimos meses. E com isso reduziria rendimentos e custos associados ao câmbio. Mas poderia também, se quisesse, confiscar parte do rendimento das ORTN com correção cambial mediante instrumentos fiscais. Ou seja, tornar o reajuste das ORTN cambiais indiretamente menor do que a taxa de inflação pelo confisco de parte do reajuste a elas oferecido.

Seria muito conveniente, de qualquer modo, para o funcionamento da economia que os indicadores — todos — voltassem a ser honestos e meros indicadores, e deixassem de ser fatores de custo, como são no momento. O processo nessa direção seria muito mais rápido se o governo tivesse liderança para persuadir a opinião pública da necessidade de desvincular rendimentos e custos dessa ligação automática com os indicadores. Como o governo não tem essa liderança, não pode conduzir a discussão — tem de esperar que ela se conclua, para então ser conduzido pelas conclusões. O problema dessa tática surgirá se a conclusão mais geral do debate for irracional.

OSWALDO,

Nosso relacionamento não tem contra-indicações.
In Natura Enzima Fone: 571-1107.